

# 695 Polícia Federal apura ônibus gratuitos

Oswaldo Buarim Jr.

Paulo Cabral

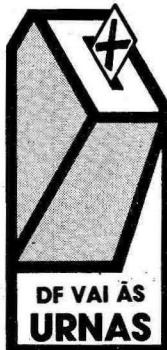
A Polícia Federal vai apurar a ocorrência de crime eleitoral por parte de candidatos ou empresas que forneceram transporte gratuito aos eleitores do Gama e outras cidades-satélites do Distrito Federal. A prática é proibida pelo artigo

302 do Código Eleitoral e prevê pena de reclusão de quatro a seis anos aos responsáveis e impugnação dos candidatos beneficiados. Ontem, a juíza da 4ª Zona Eleitoral, Maria Rita Senne Capone, apreendeu no Gama, 32 ônibus de várias empresas de transporte — Anapolina, Ipanema, Expresso Brasília, Santo Antônio — e da concessionária de automóveis Brasal.

O Tribunal Regional Eleitoral admitiu oficialmente a apreensão de 36 ônibus, além de diversas Kombis e táxis. Quatro ônibus transportavam material de propaganda do candidato a deputado federal Paulo Octávio, do PRN, e foram recolhidos ao pátio da 2ª Delegacia de Polícia da Asa Norte e 9ª DP do Lago Norte. Os demais ônibus foram apreendidos no Gama e a maioria trazia vários cartazes do candidato a deputado federal Alemão Canhedo, do PAS. Os ônibus da concessionária Brasal, de propriedade do também candidato a deputado federal Osório Adriano, do PFL.

Estra-oficialmente, comentava-se ontem no TRE que o número de ônibus utilizados irregularmente no transporte gratuito de eleitores poderia chegar a 60. A assessoria do TRE desmentiu que a empresa Viplan tivesse retirado ônibus de circulação em Samambaia, em represália à apreensão de veículos da Expresso Brasília, que também pertence ao grupo Canhedo. Segundo o TRE, houve apenas excesso de demanda na cidade.

A partir da conclusão do inquérito instaurado pela Polícia Federal, o processo que apura crime eleitoral será encaminhado ao Ministério Pùblico para que seja oferecida denúncia na Justiça comum. O diretor-geral do TRE, Jérômero Oliveira, explicou que serão apurados separadamente o crime eleitoral por transporte gratuito de eleitores e a denúncia de abuso de poder econômico dos candidatos envolvidos, que teriam utilizado suas empresas para fazer campanha política. Oswaldo Buarim Jr.



Após receber denúncia, a polícia apreende 32 ônibus de várias empresas no Gama que estavam transportando os eleitores de graça